

“ALFABETIZA TCHÊ”: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROFISSÃO DOCENTE

LUÍSE PENNING PEREIRA¹;
GABRIELA MEDEIROS NOGUEIRA²

¹*Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - lupepedagogia@gmail.com*

²*Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - gabynogueira@me.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta dados de uma pesquisa acerca da implementação do Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos de políticas públicas para a formação de professores no trabalho docente.

O Alfabetiza Tchê foi instituído por meio do Decreto nº 56.674/22 e da Lei 16.048/23. A partir da divulgação do programa, o mesmo sofreu inúmeras críticas por parte de professores e pesquisadores do campo da alfabetização devido a sua implementação se dar por meio de parcerias público-privadas. CUNHA (2023) explicita em seus estudos que as escolas não deixaram de pertencer ao Estado, mas por meio de políticas instauradas pelo setor privado, o meio público vai sofrendo influências e sendo colocado em uma lógica de mercado concorrencial. Em consonância a isso, PERONI (2021) destaca que é visível a aproximação do setor privado na definição da educação pública; não necessariamente através do acesso à escola, ou no que diz respeito à propriedade, mas sim por meio da influência do que ensinar e como gerir a escola pública.

Com tais questões em vista, a profissão docente é colocada à frente de um cenário de competitividade e metas a serem alcançadas, que desconsideram as especificidades da profissão e os diferentes contextos das escolas públicas. Nesse sentido, ao longo desta escrita, são discutidas questões acerca do trabalho docente frente às políticas públicas.

2. METODOLOGIA

Parte-se de uma abordagem qualitativa, na perspectiva da análise documental (CELLARD, 2014). Considerou-se para este estudo o Decreto nº 56.674/22, a Lei nº 16.048/23 e o Decreto nº 57.519/24, que versam sobre a implementação e regulamentação do Alfabetiza Tchê. Desse modo, foram analisados nas referidas legislações, o que diz respeito à avaliação e à premiação oferecida pelo programa e à parceria entre os agentes públicos e privados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê tem por objetivo promover a garantia da alfabetização aos estudantes da rede pública do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo a etapa da Educação Infantil e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Tal programa foi desenvolvido em colaboração com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS; além disso, fazem parte por meio de cooperação técnica e financeira a Parceria

pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), que se constitui pela Associação Bem Comum, a Fundação Lemann e o Instituto Natura.

Entre as ações instituídas pelo programa, citamos o Prêmio Alfabetiza Tchê, que irá premiar financeiramente as escolas com melhor desempenho e incentivar as escolas com resultados inferiores. A avaliação será dada através do IQAe - Índice de Qualidade de Alfabetização da escola; as 200 escolas com melhores resultados receberão até R\$80.000,00 enquanto as 200 escolas com resultados insatisfatórios receberão fomento de até R\$40.000,00.

Ao analisar as políticas públicas para a formação de professores, ficam evidentes os impactos que programas como o Alfabetiza Tchê, oriundo de uma parceria público-privada, geram na descaracterização e desprofissionalização docente. Isso pode ser observado por meio dos materiais didáticos e das avaliações externas, que levam a uma padronização do ensino, ferindo a autonomia docente e responsabilizando os professores pelo sucesso ou fracasso nos resultados impressos nos índices avaliativos. Segundo LIBÂNEO (2018, p. 72),

O estabelecimento de metas quantitativas e a apuração de resultados é um mecanismo de regulação do sistema escolar cujo objetivo real é a responsabilização das escolas e dos professores pelo êxito ou insucesso dos alunos nas provas de avaliação externas, descarregando a responsabilidade dos problemas da educação e do ensino à escola e aos professores.

Nesse sentido, o Prêmio Alfabetiza Tchê, quando pretende recompensar financeiramente as escolas com os melhores resultados no Índice de Qualidade de Alfabetização da Escola (IQAe), coloca a gestão, os professores e os alunos em uma lógica de competitividade. É evidente que diante da precarização das escolas haja uma pressão para que sejam alcançadas as metas para o recebimento do auxílio financeiro. E nesta corrida, professores são responsabilizados por elevar os índices nos resultados das avaliações e os alunos são treinados para obter um bom rendimento.

Os saberes docentes (TARDIF, 2002) são completamente desconsiderados na elaboração de tais políticas públicas. A autonomia e a liberdade para compreender e planejar da forma que considera mais eficaz para seus estudantes é destituída. Afinal, é preciso atingir metas, preparar os alunos para que se saiam bem nas avaliações externas e subam os índices de sua escola.

O papel do professor é reduzido a aplicar o que está proposto no material didático implementado pelas políticas públicas. Toda a competência docente e os anos de investimento em formação inicial e continuada são desconsiderados nesta perspectiva, uma vez que basta ser um “aplicador”. A profissão se torna cada vez mais desvalorizada e dá lugar a uma ideia de que qualquer um pode realizá-la, afinal, é só seguir a “receita” produzida pelo setor privado.

Esse sistema de regulação, ao reduzir o professor a executor de tarefas, ignora aspectos inerentes ao exercício profissional dos professores como sua formação teórica, suas crenças, sua forma de pensar, sua cultura geral e suas experiências. Demitido dessas atribuições e reduzido a aplicador de instrumentos de avaliação, perde sua autonomia, sua autoria e autoridade profissional, sua criatividade, o que culmina com a desestabilização da sua identidade profissional. No entanto, uma boa pedagogia sabe que

o trabalho dos professores requer muito mais do que repassar conteúdos e treinar os alunos a responder testes; a capacidade de organização do ambiente de aprendizagem; a organização dos conteúdos e sua transformação didática; a preparação de tarefas de estudo; a adequação de métodos e procedimentos de ensino a situações didáticas específicas; o estabelecimento de formas de interação com os alunos; o conhecimento das suas características sociais, individuais e culturais; a seleção de formas de avaliação na sala de aula etc. (LIBÂNEO, 2018, p. 73).

A avaliação externa coloca ainda os estudantes numa lógica meritocrática, uma vez que exige bons resultados em uma avaliação padronizada, que desconsidera as especificidades e particularidades dos educandos. Todos são avaliados igualmente, entretanto, os pontos de partida são desiguais. O Alfabetiza Tchê, apesar de se constituir como uma política pública de alfabetização do território gaúcho, desconsidera a pluralidade de um estado que é composto por 497 municípios, os quais possuem realidades completamente distintas.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou dados sobre os impactos de políticas públicas para a formação de professores no trabalho docente, mais especificamente do Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê, no estado do Rio Grande do Sul, realizado por meio de parceria público-privada. Dentre os resultados, destaca-se que, com o objetivo de atingir metas por meio de boa pontuação nas avaliações externas e melhorar os índices da escola, induz-se a uma padronização do ensino, ferindo a autonomia docente e responsabilizando os professores pelo sucesso ou fracasso nos resultados impressos nos índices avaliativos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

CUNHA, Mateus Arguelho da. **Reconfiguração do Estado e suas implicações nas políticas educacionais:** uma análise das políticas educativas do Rio Grande do Sul (2021-2023). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA: UMA QUALIDADE DE EDUCAÇÃO RESTRITA E RESTRITIVA. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra de Madeira Flores. (orgs). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 44 - 87.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. **Educación, sentidos y transformaciones**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 18-31, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. DECRETO Nº 56.674, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

Institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - "Alfabetiza Tchê". Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 16.048, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. DECRETO Nº 57.519, DE 25 DE MARÇO DE 2024.
Regulamenta a Lei nº 16.048, de 30 de novembro de 2023, que institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.